

1 a cada 16 mulheres nos EUA diz que a primeira experiência sexual com um homem foi forçada, sugere estudo de Harvard

Pesquisa foi publicada na segunda-feira (16). Os especialistas entrevistaram 13.310 mulheres no país, com idades entre 18 e 44 anos.

(G1, 17/09/2019 - acesse no site de origem)

A primeira experiência sexual com um homem aconteceu de forma forçada ou coagida no início da adolescência de 1 em cada 16 mulheres nos [Estados Unidos](#), sugere um estudo da Universidade de [Harvard](#) publicado na segunda-feira (16).

Os pesquisadores analisaram as respostas de 13.310 mulheres americanas, com idades entre 18 e 44 anos, à Pesquisa Nacional de Crescimento Familiar entre os anos de 2011 e 2017. As experiências forçadas equivalem a estupro, dizem os autores, mas a pesquisa na qual se basearam não usou essa palavra na elaboração da pergunta.

As mulheres responderam à pergunta “você diria que essa primeira relação vaginal [com um homem] foi voluntária ou não voluntária, ou seja, você escolheu fazer sexo por vontade própria ou não?”

993 entrevistadas responderam que tiveram uma iniciação sexual forçada. Depois de ponderar (ou seja, aplicar pesos) às respostas, os pesquisadores estimaram que 6,5% das mulheres em todo o país - mais de 3,3 milhões - foram coagidas ou forçadas na primeira experiência sexual com um homem. **Ou seja: 1 a cada 16 na faixa etária analisada.**



“Qualquer encontro sexual (com penetração) que ocorra contra a vontade de alguém é estupro. Se alguém é verbalmente pressionado a fazer sexo, é tão estupro quanto”, declarou a pesquisadora da Faculdade de Medicina de Harvard e primeira autora do estudo, Laura Hawks, à Associated Press.

As mulheres que foram forçadas à primeira experiência sexual tinham, em média, 15,6 anos quando isso aconteceu. Já os homens com quem tiveram os encontros sexuais tinham, em média, 27 anos.

“Estamos falando de meninas”, disse Hawks. “Precisamos de uma mudança cultural dramática para garantir que as meninas estejam seguras em suas casas e escolas, que tenhamos um ambiente em que possam procurar ajuda quando necessário e que tenhamos recursos disponíveis para oferecer tratamento quando a violência ocorrer”, escreveu a pesquisadora, por e-mail, à Reuters.

[“Movimentos como o #MeToo](#) começaram a conversa, mas, na minha opinião, temos muito trabalho a fazer para chegar a um lugar onde meninas e mulheres estão a salvo da violência sexual”, completou a especialista.

Comparadas às mulheres que fizeram sexo voluntariamente em sua primeira experiência, as mulheres que foram forçadas tiveram quase duas vezes mais chances de ter uma gravidez

indesejada em algum momento e 50% mais chances de fazer um aborto.

As mulheres que foram forçadas a fazer sexo pela primeira vez tinham menos probabilidade de ser brancas e de ter formação superior e mais probabilidade de ter nascido fora dos Estados Unidos e de ter renda abaixo do nível de pobreza.

[Recorde de estupros no Brasil escancara negligência com crimes de violência sexual](#)

A cada quatro horas uma menina de até 13 anos é vítima de violência sexual, aponta o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

[\(HuffPost, 15/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Pela primeira vez, pesquisadores do Fórum de Segurança Pública (FSP), responsáveis pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, relatório que publica anualmente estatísticas de violência no País, tiveram acesso ao que chamam de “microdados” sobre violência sexual, considerado um dos crimes com o maior nível de subnotificação no País.

“A diferença deste ano é que conseguimos acessar dados mais específicos, o que possibilitou um melhor entendimento sobre tanto quem é a vítima, quanto qual é o perfil do agressor e do local em que essa violência acontece”, explica Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSB), em entrevista ao HuffPost.

Só em 2018, o País atingiu o recorde de registros de estupros. Foram 66 mil vítimas, o equivalente a 180 estupros por dia — maior número deste tipo de crime desde que o relatório começou a ser feito, em 2007.

Ainda segundo o relatório, a maioria das vítimas é menor de idade, do sexo feminino e este tipo de violência acontece dentro de casa. A cada quatro horas, uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil por um conhecido. Em sua maior parte, as vítimas são negras (50,9%).

“Enquanto achamos que falar de sexualidade é uma prerrogativa exclusiva da família, estaremos incentivando estupro no Brasil.” Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum de Segurança Pública.

“Eu penso que o aumento não é só reflexo de uma violência que acontece. Os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema”, aponta Bueno. Ela destaca que, nos últimos anos, o tema da violência de gênero entrou na agenda da imprensa e do Judiciário — o que causou um efeito positivo quando as estatísticas são analisadas.

O estudo mostra que parte significativa dos estupros que ocorrem no Brasil é o de vulnerável

— contra crianças menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência —, um total de 63,8% das vítimas.

Violência contra a mulher e feminicídios

Além do crescimento da violência sexual, o anuário contabiliza alta dos homicídios contra mulheres em razão de gênero, o chamado feminicídio, descrito no Código Penal, após alteração feita pela [Lei nº 13.104, em 2015](#).

Em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio, uma alta de 4% em relação ao ano anterior. De cada dez mulheres mortas, seis eram negras.

A faixa etária das vítimas é mais diluída: 28,2% têm entre 20 e 29 anos, 29,8% entre 30 e 39 anos. E 18,5% entre 40 e 49 anos. Nove em cada dez assassinos de mulheres são companheiros ou ex-companheiros

A maioria dos crimes é praticado contra meninas de 10 a 13 anos, cerca de 28,6%. O relatório ainda aponta que 96,3% dos autores do crime de estupro são do sexo masculino, e que em 75,9% dos casos eles são conhecidos da vítima. Este padrão indica que o crime costuma acontecer dentro da própria família, diferente da ideia de que o estupro é cometido à noite, na rua e por um homem desconhecido.

“Esse aumento [de registros] acontece porque o tema da violência de gênero entrou na agenda da imprensa, do Judiciário e do movimento feminista. Hoje as mulheres estão mais seguras para falar, o que estimula a denúncia”, diz a especialista.

Entre os motivos para a baixa notificação, Bueno destaca o medo de retaliação por parte do agressor (que é geralmente conhecido da vítima), o receio de julgamento e o descrédito nas instituições policiais e de Justiça.

“A gente, enquanto sociedade, ainda é muito moralista em relação à violência sexual.” Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum de Segurança Pública.

“O primeiro passo que se faz quando da denúncia deste tipo de crime, seja por uma mulher ou menina, é duvidar da palavra da vítima”, explica.

Outra pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que [“mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”](#).

Para a pesquisadora, a saída para combater este tipo de crime vai além da criação de tipos penais e passa, principalmente, pela educação. “Enquanto acharmos que falar sobre sexualidade é prerrogativa exclusiva da família, estamos incentivando o estupro no Brasil.”

Em entrevista ao HuffPost, Bueno explica o resultado da pesquisa e chama atenção para o panorama da violência sexual contra meninas no Brasil. Para ela, o País avançou no combate à [violência doméstica](#) e ao [feminicídio](#), mas anda a passos lentos quando o tema é [violência sexual](#).

Leia trechos da conversa.

HuffPost: O relatório deste ano mostra que são registrados por dia cerca de 180 estupros no Brasil. O que esses dados podem dizer sobre como o País trata a violência sexual?

Samira Bueno: A diferença deste ano é que conseguimos acessar esses dados mais específicos, o que possibilitou um melhor entendimento sobre tanto quem é a vítima, quanto qual é o perfil do agressor e do local em que essa violência acontece. E esses são os dados que mais chamam atenção no relatório por conta do perfil da vítima. Nós estamos falando basicamente de meninas, de crianças. 53% das vítimas tinham, no máximo, 13 anos. Já no caso dos meninos, que o número é menor e também invisível, o auge da violência se dá aos 7 anos de idade.

O número de 180 estupros por dia é muito alto. Mas especialmente porque a gente está falando de uma violência que tem uma característica específica: ela ocorre no âmbito doméstico. São crianças que estão sendo violadas dentro de casa por algum conhecido, por alguém em que elas confiam, que elas têm um vínculo. E é difícil, em um país moralista como o Brasil, aceitar que o ambiente doméstico pode ser tão violento e hostil. Para uma sociedade moralista e que diz prezar tanto pela família, é um tabu reconhecer esta violência.

A que se deve o aumento e a subnotificação deste crime?

O que divulgamos agora no anuário são as estatísticas com base nos registros policiais. E para ter um registro como este, você precisa que uma vítima vá até uma delegacia para o fato se transformar em um boletim de ocorrência e, então, em estatística. Todos esses dados são frutos dos boletins de ocorrência produzidos pela Polícia Civil em todo o território nacional.

Mas existe uma enorme subnotificação: seja porque a vítima teme uma retaliação do parceiro, seja por vergonha ou constrangimento, pela falta de confiança que a Justiça e a polícia vão acreditar na palavra dela e dar continuidade ao caso — o que acaba refletindo em níveis muito altos de subnotificação neste tipo de crime.

E, então, o aumento desse número não é só reflexo de uma violência que acontece. Os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema. A gente, enquanto sociedade, ainda é muito moralista em relação à violência sexual. O primeiro passo que se faz quando da denúncia deste tipo de crime, seja por uma mulher ou menina, é duvidar da vítima.

Eu acredito que parte do aumento [de registros] acontece porque o tema da violência de gênero entrou na agenda da imprensa, do Judiciário e do movimento feminista. Fruto disso é um movimento de mulheres que se sentem mais seguras para falar sobre isso, o que, de certa forma, estimula a denúncia. Mas hoje, ainda, se uma mulher chega à delegacia com o olho roxo, ela é atendida de uma forma; se ela chega alegando que foi estuprada, e essa violência não tem resquícios e provas, cria-se um ciclo de revitimização.

A razão para o aumento deste número se dá por uma questão cultural ou pela ausência de políticas públicas no País sobre este tema?

Olha, o Estado tem responsabilidade de intervir. E eu acho que é aí que fica o nosso desafio [do Fórum de Segurança Pública] em trazer esses números e colocá-los em evidência. Não podemos achar que por ser uma violência que acontece no ambiente doméstico, o Estado não tem nada a ver com isso.

E eu acho que, culturalmente, a gente avançou mais no debate sobre a violência doméstica e feminicídios — pensando em tudo o que traz a [Lei Maria da Penha](#) e a [Lei do Feminicídio](#) — do que sobre crimes sexuais. Acho que essa questão ainda é um tabu. Esse é um debate que a gente ainda não fez.

E, no caso das crianças, a nossa legislação versa sobre este crime, o estupro de vulnerável, que criminaliza relações sexuais com menores de 14 anos, independente de haver o consentimento ou não. Então, esse entendimento existe por parte do Estado: de que não há o que consentir se você não tem capacidade de fazê-lo sendo tão jovem. Mas o que vemos hoje, ainda, são respostas práticas muito frágeis para combater este tipo de violência.

O combate à violência sexual, então, passa pela educação?

Esta é uma questão. [E, quando a gente olha para o perfil da vítima, e para a ação do governador João Doria na última semana](#), de recolher apostilas que falavam sobre identidade de gênero, sexualidade e prevenção da gravidez — que é confundido hoje com o que é entendido como “ideologia de gênero” —, mostra o quanto estamos atrasados e conservadores nesse assunto.

Ora, se a maior parte das vítimas é criança, a gente não vai superar essa questão se a gente não falar de educação sexual nas escolas. Até porque muitas dessas crianças só vão entender o que é uma violência falando sobre ela, entendendo o que pode e o que não pode. Essa ideia de que a família é o único ator legítimo para educar sobre sexualidade é uma falácia.

Os dados deste ano desmistificam a ideia de que o estupro ocorre apenas em um beco, à noite, com mulheres adultas, por parte de um homem que vai te pegar à força. Essa não é a característica dos estupros no Brasil. Aqui, ele acontece dentro de casa e o criminoso pode ser um tio, primo, padrasto.

Se esse jovem não está aprendendo sobre sexualidade na escola, ele vai buscar essa informação em outros lugares e nem sempre ela será a mais qualificada. Enquanto acharmos que falar sobre sexualidade é prerrogativa exclusiva da família, estamos incentivando o estupro no Brasil.

Por Andréa Martinelli

[Gravidez por estupro e tortura revelam como a era Pinochet fez das mulheres troféus de guerra](#)

Quarenta e seis anos após golpe contra Allende, livro reúne trechos de relatório que revelou atrocidades da ditadura chilena

[\(El País, 12/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quase todas as mulheres que foram torturadas no Chile desde o [golpe de Estado de 11 de setembro 1973](#), há exatos 46 anos, [sofreram também violência sexual](#), sem distinção de idade. Pelo menos 316 foram estupradas, incluindo 11 que estavam grávidas. Do total das vítimas que depuseram entre 2003 e 2004 na Comissão Nacional sobre a Prisão Política e Tortura, 12,5% eram mulheres (3.399). Dessas, 229 esperavam um filho, e algumas o perderam; outras deram à luz após serem estupradas por seus torturadores, e muitas passaram por intrincadas e recorrentes tortura sexuais que incluíam agressões físicas e humilhações diante de pais e irmãos.

“De acordo com os depoimentos, as violações hétero e homossexuais foram cometidas de maneira individual ou coletiva. Em alguns casos foi denunciado, além disso, que esse estupro ocorreu diante de familiares, como um recurso para obrigá-los a falar”, aponta o relatório da comissão, de 15 anos atrás, recordado agora no livro *Así se Torturó en Chile (1973-1990)*, do jornalista Daniel Hopenhayn, que reúne os principais trechos do documento e explica os antecedentes históricos da tortura praticada no Chile durante os 17 anos da ditadura de [Augusto Pinochet](#).

“A violência sexual contra as mulheres foi furiosa, desequilibrada”, afirma Hopenhayn. “Há cenas simplesmente inexplicáveis, que transbordam nossa imaginação sobre a condição humana”, acrescenta o jornalista, que considera que o Relatório Valech, como ficou conhecido o texto redigido pelo bispo Sergio Valech, que presidiu a comissão, “é um documento histórico extraordinário, que além disso está muito bem escrito”. “Mas sua própria exaustividade – tem mais de 500 páginas – limitou seu universo de leitores, relegando-o a um status de catatau institucional”. O autor diz que, passados 15 anos de sua publicação original, considerou-se que “era um bom momento para divulgar em um formato mais acessível as passagens que mais importa proteger não só do esquecimento, mas inclusive da [inércia de uma memória oficial](#)”.

Uma mulher que foi detida em 1974 na capital chilena e permaneceu dois anos presa sem nenhum processo relatou que “por causa do estupro cometido pelos torturadores, eu fiquei grávida e abortei na cadeia”. “Sofri choques elétricos, fui pendurada, posta no pau de arara, “submarinos” [ameaça de afogamento], simulação de fuzilamento, queimaduras com charutos. Obrigaram-me a tomar drogas, sofri estupro e assédio sexual com cães, a introdução de ratos vivos pela vagina e todo o corpo”, detalhou a vítima. O relato da mulher à comissão, reproduzido em *Así se Torturó en Chile*, é dilacerador: “Obrigaram-me a ter relações sexuais com meu pai e irmão que estavam detidos. Também a ver e escutar as torturas de meu irmão e pai. Puseram-me na churrasqueira, fizeram cortes com facão na minha barriga. Eu tinha 25 anos”.

Os membros das Forças Armadas e agentes secretos da [ditadura de Pinochet](#) agiam sem sombra de humanidade. Uma estudante de 14 anos, detida em 1973 na região de Maule (sul), foi obrigada a fazer sexo oral em três militares. “Não sei quem foram ou como eram, porque estavam encapuzados. [Só sei é que minha vida nunca voltará a ser como antes](#)”, diz o depoimento dela reproduzido no livro.

Uma jovem de 16 viveu o inferno supostamente em um recinto da Direção de Inteligência Nacional (DINA), que funcionou entre 1974 e 1977: “Fui estuprada, punham-me correntes, me queimaram com cigarros, me davam chupões, puseram ratos (...). Me amarraram a uma maca onde cães adestrados me estupraram”. Também na DINA, em Santiago, uma jovem de 17 anos foi estuprada reiteradamente e sofreu queimaduras em seu útero: “Vivi torturas e sessões de masturbações por parte dos encarregados do recinto”.

Estupradas e grávidas

A Comissão reuniu depoimentos de 20 mulheres que, por causa das torturas, perderam suas gestações. “Depois de 30 anos, continuo chorando”, relatou uma chilena que estava grávida de três meses quando um dirigente sindical foi obrigado a estuprá-la e ela foi amarrada com corrente pelos seus peitos, garganta, ventre e pernas. Ocorreu na região de Puerto Montt, 1.000 quilômetros ao sul de Santiago. [Os filhos e as filhas de mulheres grávidas que foram torturadas](#) também tiveram sequelas indeléveis: “Minha infância foi uma vida cheia de tristezas, trauma e depressão devido ao dano emocional de meus pais, que produziu o fim do seu casamento”, contou uma mulher que estava no ventre de sua mãe, grávida de cinco meses, quando esta foi detida e torturada em 1975 na capital do país.

Houve 15 presas que tiveram seus bebês na prisão. No Relatório Valech, mulheres que foram estupradas contam que ficaram grávidas. Muitas delas abortaram de maneira espontânea ou provocada. Outras tiveram esses filhos. Uma chilena de 29 anos —filha de uma detida de 15 anos que foi estuprada por seu torturador— relatou: “Eu represento a prova explícita, represento a dor mais forte que minha mamãe viveu em sua vida...”. “Depois que me contaram, comecei a beber, bebia todo o fim de semana, escondida. Por isso sinto que tenho muitas lacunas na minha adolescência”, disse. “Sinto que nós, crianças nascidas como eu, fomos tão prisioneiras e torturadas como as que estiveram presas.”

Houve alguns recintos de tortura especialmente enfocados na [violência sexual](#). Como o Venda Sexy e La Discotéque, um centro da DINA que funcionava na capital. “Tinha música ambiente permanente, em alto volume [...]. Nesse recinto [se praticou com especial ênfase a tortura sexual](#). Eram frequentes as humilhações e violações sexuais de homens e mulheres, para o que se valiam também de um cão adestrado”, diz o livro. As vítimas de violência sexual —a maioria mulheres, mas também homens— tiveram que enfrentar consequências emocionais e físicas impossíveis de apagar.

Para Hopenhayn, “quando você encara estes relatos, percebe que uma sociedade não pode saber que torturou se não souber como torturou”. “Não se trata de pensar duas vezes antes de voltar a torturar, porque então acabará torturando. Trata-se de abominar isso só de pensar”, analisa o jornalista chileno.

RELATÓRIO VALECH: “ÚNICO EM SUA ESPÉCIE”

R.M.

O livro de Daniel Hopenhayn se centra nos métodos que a ditadura utilizou para [torturar](#), com que objetivos específicos, como as vítimas foram escolhidas e em virtude de qual política institucional. *Así se Torturó en Chile* explica, além disso, que a escolha dos métodos de tortura não foi casual.

“Muitos desses métodos de tortura podem ser rastreados já na antiga Grécia, mas os aplicados no Chile eram os do manual da guerra antiterrorista que o exército francês concebeu nos anos cinquenta —depois de ser derrotado pelo Viet Minh na guerra da Indochina— e que estreou na Batalha de Argel (1957)”, conta o jornalista chileno.

“Dali surgiu o que na América Latina se chamou Doutrina de Segurança Nacional”. Hopenhayn diz que nos anos sessenta essas técnicas de tortura foram ensinadas nas academias militares norte-americanas pelos militares franceses que tinham atuado na Argélia. E depois

“repassadas aos Exércitos latino-americanos com o objetivo de impedir uma insurreição comunista na região”, afirma.

Para o autor, o relatório da Comissão Nacional sobre a Prisão Política e Tortura, formada no Governo do socialista Ricardo Lagos (2000-2006), é “único em sua espécie”. “Durante o século XX houve dezenas de países cujos Estados fizeram da tortura uma política pública, mas acredito que nenhum fez um esforço desta magnitude para reconstruir os fatos”. Daí que, segundo o jornalista, o resultado seja não só crucial para a memória histórica do Chile como também do interesse de qualquer um que deseje compreender a adoção institucional, territorial e social de uma política sistemática de tortura.

Por Rocío Montes

Lançamento do livro “Crimes Contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais e Femicídio” - São Paulo/SP, 13/09/2019

Nesta sexta-feira, 13 de setembro, em São Paulo/SP, acontece o lançamento do livro “*Crimes Contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais e Femicídio*”, de autoria de Alice Bianchini, Mariana Seifert Bazzo e Silvia Chakian.

À luz dos Estudos de Gênero e da Teoria Feminista do Direito, a publicação traz um estudo detalhado dos principais tipos penais existentes na legislação brasileira em contexto de violência de gênero contra a mulher:

- Lei 13.836/2019: Torna obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar;
- Lei 13.827/2019: Autoriza a aplicação de medida protetiva de urgência pela autoridade policial;
- Lei 13.772/2018: Dispõe sobre o registro não autorizado da intimidade sexual;
- Lei 13.718/2018: Altera disposições sobre os crimes contra a dignidade sexual;
- Lei 13.641/2018: Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Para além da mera discussão no âmbito do Direito, procurou-se o enfoque no discurso que trouxesse posicionamentos possivelmente influenciados por questões de gênero e, por consequência, passíveis de serem objeto de Estudos de Gênero, inclusive de forma interdisciplinar, a partir de conceitos oriundos da Criminologia, História, Filosofia, Psicologia e Sociologia.



Serviço: Lançamento “Crimes Contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais e Femicídio”

Dia 13 de setembro, das 18:30 às 21:30, na Livraria Martins Fontes (Av. Paulista, 509, Cerqueira César - Metrô Brigadeiro).

Ficha técnica do livro:

Autoras: Alice Bianchini, Mariana Seifert Bazzo e Silvia Chakian

ISBN: 978-85-442-2975-0

Editora: Juspodivm

Número de páginas: 320

[Clique aqui para adquirir o livro.](#)

Sobre as autoras:

ALICE BIANCHINI

Doutora em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada - OAB/Nacional. Conselheira Federal da OAB por São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas - ABMCJ - Comissão São Paulo. Autora de vários livros e de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, entre eles, “Lei Maria da Penha: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero” (Saraiva, 2018). Coordenadora da Pós-Graduação Direito das Mulheres.

MARIANA SEIFERT BAZZO

Mestra em “Estudos sobre Mulheres - Gênero, Cidadania e Desenvolvimento” pela Universidade Aberta de Portugal (2018). Pós-graduada em Justiça Europeia dos Direitos do Homem pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal (2008). Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná (desde 2004). Atua junto à 2ª Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Autora de diversos artigos relacionados ao tema da violência contra a mulher e direitos humanos.

SILVIA CHAKIAN

Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo (desde 1999), integrante da Promotoria Especializada de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Ministério

Público de São Paulo. Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Escola Superior do Ministério Público. Membro da Comissão Nacional Permanente de Violência contra a Mulher (COPEVID/GNDH). Autora da obra “A Construção dos Direitos das Mulheres” (editora LumenJuris, 2019) e de artigos relacionados ao tema da violência contra a mulher.

‘Feminicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens’

A advogada afro-americana Patricia Sellers é especialista em gênero no Tribunal Penal Internacional, onde ajudou a julgar casos históricos de estupro

(O Globo, 11/09/2019 - acesse no site de origem)

A advogada criminal internacional, assessora especial para **gênero** no Tribunal Penal Internacional (TPI) e professora da Universidade de Oxford, Patricia Sellers, viveu no Brasil na época da redemocratização e sentiu “os ventos da democracia”. Na Europa, atuou em casos importantes no TPI, trabalhando pelo reconhecimento do **estupro** como crime contra a **Humanidade** e crime de genocídio.

Nesta semana, voltou ao Rio de Janeiro para participar do colóquio “Legislação antirracista: ensino e pesquisa”, direcionado a estudantes de Direito e que terminou nesta terça-feira, e conversou com O GLOBO sobre racismo, feminismo, estupro e democracia.

Você passou três anos no Brasil. Como foi a experiência?

Foi muito interessante porque pude comparar e ver similaridades entre o Brasil e a América. As principais semelhanças entre norte-americanos, latino-americanos e caribenhos é que essas terras eram habitadas pelos povos indígenas, com civilizações e cidades como Cuzco e Machu Picchu. A comida reflete isso. Já a influência africana na nossa cultura gerou a música soul, o samba e o jazz. O que também temos em comum foi não ter dado poder econômico e político para esses indígenas, ter tido trabalho escravo dos negros, e descendentes deles, que viveram formas legais de apartheid e formas sociais de discriminação que persistem até hoje.

Como é esse apartheid social?

Nos EUA, antes de 1967, o casamento interracial era ilegal, as pessoas não podiam viver em certas áreas nem ser admitidas em certas escolas, isso é uma discriminação legal. Mas depois

ficou a discriminação social. Tem uma expressão interessante aqui no Brasil que é “o lugar do negro”, certos lugares em que você não espera ver negros. Pode não ser ilegal nos livros, mas há uma discriminação social. Quando a escravidão foi abolida, as descendentes nas áreas urbanas viraram empregadas em casas de famílias ricas, e aqui no Brasil eu vejo isso. Eu sou da segunda geração de universitárias, minha mãe era professora. Nos EUA, as negras podiam ser professoras ou enfermeiras, eram as profissões aceitas, não médicas, advogadas. Quando vivi aqui, via as descendentes passeando com os cachorros dos patrões às 7h e os trabalhadores da praia majoritariamente negros.

A senhora frequentou uma universidade de Direito que seria “historicamente negra”. No Brasil não temos isso. Temos uma política de cotas raciais. Como a senhora avalia o acesso à educação?

Nós também temos cotas nas universidades tradicionalmente brancas, para negros, latinos, já tivemos para judeus. A maioria das universidades é branca, mas algumas são historicamente negras, como Howard, Lincoln, Bennett College. Aqui vocês ainda discutem o sistema de ações afirmativas. Nos EUA tinha a combinação das duas coisas. Se eu acho que funcionam? No geral, sim. Se eu acho que tem problemas? Sim. Nos EUA, as ações afirmativas sempre foram atacadas. Se uma pessoa negra tira o lugar de uma branca, dizem que não é justo. Bom, não perguntaram se era justo eu dar 300 anos de trabalho não remunerado. Não estou tirando o lugar de alguém, estou ganhando um retorno muito pequeno após gerações que não ganharam nada. Um monte de gente vai às universidades, e não são necessariamente os melhores, mas porque os pais frequentaram, ou avós, então esse legado é como um ponto extra. É um tipo de ação afirmativa, mas ninguém nunca viu isso como uma vantagem a ser questionada, que a outra pessoa devia ter o mesmo direito.

Como a senhora vê a questão do feminismo negro? É possível haver um movimento que contemple todas as mulheres?

Algumas mulheres tentam fazer como se o movimento feminista fosse completamente universal, e não é. As mulheres brancas pensam que falam pelas mulheres de forma geral, mas sabemos que não é verdade. Como o feminismo afeta uma mulher que trabalha num estado pobre e rural? É preciso ver a situação econômica, geográfica, racial, e ter certeza que esse feminismo incorpora a minha experiência, mesmo que falemos de discriminação contra as mulheres como um todo. Acho que incorporar experiências políticas e emocionais variadas enriquecem o feminismo. Um feminismo interseccional porque a sociedade tem intersecções.

Dou um exemplo: em muitos lugares do mundo, nos anos 1970 e 1980, havia um movimento grande sobre violência doméstica. Na mesma época, as mulheres negras, não importa se do Brasil, dos EUA ou de uma casta na Índia, eram estupradas, abusadas ou apanhavam da polícia. Mas isso não entrava como uma questão essencial de violência contra a mulher — hoje é mais. Então, a questão que se colocava era: como essa violência tão constante contra as mulheres negras pode não ser uma coisa fundamental, não que a violência doméstica não seja importante, mas como falamos da violência na esfera privada enquanto ela acontece na esfera pública, institucional? Isso nunca foi um assunto principal.

Como chegou ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia?

Quando fui à Bélgica com meu marido soube do Tribunal Penal Internacional para Iugoslávia e fiquei animada em poder voltar ao direito criminal. Os promotores acabaram me chamando e

pediram que eu me juntasse a eles como defensora pública, já tinha experiência com questões femininas por causa do Brasil. Foi assim que entrei na área criminal internacional e me pediram particularmente para trabalhar com a parte de violência sexual. A estimativa é de que tenham ocorrido mais de 20 mil estupros na guerra da Iugoslávia. Na época, a rede CNN mostrava fotos da guerra, o movimento feminista era muito mais global e questionava as Nações Unidas sobre os direitos femininos, olhando para a situação das mulheres nos países em guerra. Trabalhei desenvolvendo estratégias legais para trazer esses casos, como Kunarac (a primeira vez em que estupro foi tratado como um crime contra a humanidade), à corte.

Depois veio Ruanda.

Sim, oito meses depois, Ruanda teve o genocídio e o mesmo promotor assumiu e eu me tornei conselheira de gênero para Ruanda. Trabalhei no caso Akayesu, relacionando violência sexual com genocídio (esse foi o primeiro caso em que o estupro foi considerado uma forma de genocídio). Assim eu comecei nessa área do Direito e trabalho com isso há 30 anos, fazendo consultorias, dando aulas e aconselhando cortes criminais.

Esses casos foram marcantes no entendimento do estupro como algo criminoso numa guerra. Como ocorreu essa transformação?

O que eu gostaria de dizer primeiro é que o estupro é um crime de guerra há centenas de anos. No começo do século XIX, começaram a falar de honrar a família, que era uma referência à violência sexual. Então é falso dizer, adoraria receber o crédito, que o estupro virou crime de guerra nas cortes de 1990. Nos textos do Julgamento de Tóquio (1946-1948), você tem que parar, fechar o livro e respirar, porque é cheio de estupros, é estupro demais, centenas e centenas. Nos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) não tinha a palavra estupro, usavam vários eufemismos. Se entende o que o julgamento diz, há muitas evidências de estupro, mas havia um entendimento de que os crimes de guerra são terríveis então como lidar com cada um, como estabelecer categorias. Então pelas bases legais incluíram violência sexual e estupro numa categoria de Tratamento Desumano, que englobava estupros, forçar prostituição, abusos de prisioneiras etc.

Em 1994, no Tribunal da Iugoslávia, tínhamos que procurar uma nova abordagem. “O que você quer? Acontece na guerra.” Sim, acontece na guerra e é crime. Se você olhar nos Protocolos da Convenção de Genebra de 1977 falam explicitamente de estupro. Mas, nas Convenções de 1949 (tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra) não havia isso explícito. Então eu tive que criar a estratégia legal para lidar com violência sexual.

Como julgar um crime sem que exista uma palavra para defini-lo?

Tem que entender o que as palavras diziam em cada época. Em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos resolveram que iriam julgar crimes de guerra. Fizeram uma lista de 32 crimes. Sabe qual era o quarto na lista? Estupro. Ninguém precisava dizer, mas todos sabiam que aquele ato era crime. Em 1949 as Convenções de Genebra não usam a palavra, mas você lê nas entrelinhas, o tratamento desumano a mulheres. Em 1929, os alemães, que haviam perdido a guerra, propuseram acrescentar uma frase nas convenções: “mulheres que sejam prisioneiras de guerra devem receber toda consideração pelo seu gênero”. Uma sentença interessante. O que quer dizer? “Parem de estuprar as prisioneiras.” Em 1945, em todas as Convenções, aparecia essa frase. Agora, depois de tantas Convenções, temos estupro,

forçar prostituição, abuso sexual etc. De qualquer forma tudo é proibido.

Em 1994, eu decidi depois de fazer toda essa pesquisa que aquela conduta poderia ser julgada. A estratégia legal na Iugoslávia era investigar violência sexual, julgar e categorizar. Em Kunarac, e é famoso por isso, categorizei como violência sexual e escravidão. Ou seja, escravidão não é só trabalhar na plantação, mas tendo bebês para seus 'donos', se tornando escrava sexual ou ama de leite. Em Kunarac, essas mulheres da Iugoslávia de 13 a 35 anos foram mantidas num pequeno grupo que eram mantidas presas e eram levadas com esses homens que tinham acesso a elas para sexo.

No caso Akayesu, em Ruanda, muitas mulheres eram estupradas e logo depois mortas, outras não. O genocídio em Ruanda era composto basicamente por dois atos: matar e estuprar. Para haver o crime de genocídio você não precisa morrer, o primeiro ato num genocídio é matar, o segundo é criar forte dor a um membro do outro grupo, e essa definição pode servir para tortura. E violência sexual é tortura. Essa foi a estratégia.

O estupro na guerra vai além do aspecto sexual, podendo ser uma forma de punição, de poder, de fazer filhos. Dá para estabelecer esses limites?

Depende das circunstâncias. Na Iugoslávia havia rumores de campos de estupro para mulheres para ter bebês. Não achamos evidências disso, havia mulheres que eram estupradas e acabavam grávidas, mas não necessariamente elas eram mantidas escravas para ter filhos. No Camboja casais eram obrigados a ter relações porque eles queriam bebês, aí você vê a violência sexual contra a mulher e homem para produzir filhos para o grupo. Em Uganda, a milícia força meninas a viajar com ela para serem escravas sexuais e às vezes os bebês viravam parte da milícia. Há muitas razões diferentes, mas isso não necessariamente muda o fato de que eles decidiram cometer o ato e cometeram um crime de guerra.

A senhora vê essas situações se repetirem hoje?

Sim, isso ainda acontece hoje. O que me vem primeiro à cabeça é o Estado Islâmico e as mulheres yazidis, que são escravas sexuais. Elas são levadas ainda crianças e ficam com um combatente e quando ele morre ela ganha outro "marido" combatente.

Aqui no Brasil as mortes de mulheres pelos parceiros passaram a ser chamadas de feminicídio. Dar um nome específico à morte de mulheres ajuda no combate?

A América Latina está criando esse crime em que as mortes são classificadas como crimes de gênero. Agora na França, oito mulheres foram mortas assim neste ano, no Reino Unido já tivemos casos. A América Latina entendeu e, a Europa agora, que não é só mais uma morte individual. São mortes articuladas que fazem parte de um movimento. Isso coloca esses crimes num contexto social. É um fenômeno sociológico. Bom, tem uma lei, vamos investigar. Mas não é só uma questão de lei. O Estado tem a obrigação de mudar a cultura dos homens, as instituições têm que fazer essa mentalidade mudar para que esses crimes parem.

Como está sendo voltar ao Brasil no momento em que várias organizações reclamam das posições do governo sobre direitos humanos?

O que eu gostaria de dizer é que há muitas décadas o Brasil estava muito excitado sobre a volta da democracia, havia uma animação no ar, os ventos da democracia. Eu venho da Filadélfia, uma cidade de contradições que teve a declaração de Independência. E esse texto fala em “nós”. Mas quem era esse “nós”? Não queria dizer índios, escravos, mulheres... Precisamos sempre fortalecer a ideia do “nós”. Hoje contemplamos pessoas com deficiência, transgêneros. Há momentos em que o entendimento da democracia passa pela definição de que é o “nós”. E quem queremos ser?

Por Constança Tatsch

A cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil

Dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que assassinatos no Brasil caíram 11%, enquanto mortes nas mãos da polícia aumentaram 19%, cujas vítimas são homens (99%), negros (75%) e jovens (78%)

(El País, 11/09/2019 - acesse no site de origem)

O adolescente Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos, e sete pessoas mais morreram por disparos durante uma operação policial no Complexo da Maré, no Rio, numa quarta-feira de junho do ano passado. O garoto ia para a escola quando foi atingido por um tiro estômago. A fria estatística indica que naquele dia 17 brasileiros foram mortos por tiros da polícia. Eles representam um inquietante fenômeno que está crescendo no Brasil. As mortes em ações policiais aumentaram 19% no ano passado, embora os assassinatos em geral tenham caído 11%, segundo o detalhado Anuário de Segurança Pública 2019 elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentado nesta terça-feira em São Paulo. Os especialistas (acadêmicos, policiais, juízes, procuradores) que elaboraram o relatório de 200 páginas ressaltaram que não existe relação de causa e efeito entre os dois índices.

Uma análise dos dados por Estado mostra, segundo a diretora-executiva do Fórum, Samira Bueno, que “não existe uma correlação direta em que uma coisa se explica pela outra. Os crimes não diminuem mais onde há mais mortes nas mãos da polícia”.

As mortes em confrontos com as forças de segurança aumentaram em relação ao ano anterior. Em 2018, houve 17 mortes diárias, em comparação com as 14 por dia em 2017, quando também ocorreu um aumento significativo.

As tréguas entre facções criminosas são um dos fatores, mas não o único, como insistem os especialistas, que explicam o fato de as mortes violentas terem caído depois de atingir o número recorde de 64.000 em 2017. O Brasil, com 210 milhões de habitantes, é quase duas vezes maior que a União Europeia, e é o país do mundo com mais mortes intencionais.

Este anuário é uma detalhada radiografia da violência durante o ano que antecedeu a chegada

de [Jair Bolsonaro](#) ao poder, impulsionado, entre outros fatores, por um discurso de linha dura contra os criminosos, que convenceu milhões de brasileiros preocupados com a criminalidade. Diante de um Governo que pretende flexibilizar a compra e posse de armas, assim como as circunstâncias nas quais os policiais que matam suspeitos são isentados de culpa, os especialistas do Fórum criticaram as duas iniciativas, considerando-as ineficazes para combater a violência.

A comparação com países vizinhos indica que a polícia brasileira está entre as mais letais da América Latina. Bueno detalhou que, embora a dinâmica da violência no Brasil seja semelhante à da Colômbia, lá as vítimas das forças policiais representam 1,5% dos homicídios em geral, sete vezes menos do que no Brasil. A porcentagem brasileira é equivalente à de El Salvador, de quase 11%. Ambos estão muito abaixo da [Venezuela](#), onde as mortes em ações policiais representam arrepiantes 25% dos homicídios, em um país que o anuário destaca que não é democrático.

As vítimas da polícia brasileira são homens (99%), negros (75%), jovens (78%). Um dos especialistas do Fórum apontou o racismo estrutural que existe no Brasil entre os fatores que explicam o fato de que muito mais negros do que seus compatriotas brancos são mortos por tiros da polícia.

Educação sobre igualdade de gênero

O anuário inclui dados estupefacientes, como o de que uma menina com menos de 13 anos é estuprada a cada quatro horas. A violência sexual atinge principalmente os mais vulneráveis, agredidos geralmente em suas casas – por seus pais, padrastos, tios, vizinhos ou primos. Por isso, o fórum destacou a importância de que as escolas eduquem sobre igualdade de gênero e violência sexual. As menores de 13 anos representam mais da metade (54%) das vítimas dos 66.000 estupros registrados, um dramático recorde no Brasil. As vítimas do sexo masculino são ainda mais jovens, a maioria tinha menos de sete anos. Tanto as vítimas de estupro como de [feminicídio](#) aumentaram 4%, com mais de 1.200 mulheres assassinadas principalmente por seus companheiros ou ex-companheiros em um país onde há uma denúncia por violência doméstica a cada dois minutos. O anuário inclui também dados animadores, como o de que os crimes contra o patrimônio caíram 14%.

Por Naiara Galarraga Gortázar

[País tem recorde nos registros de estupros; casos de injúria racial aumentam](#)

20%

Crimes de ódio crescem na contramão das quedas dos demais crimes violentos, como homicídios e latrocínios, segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(G1, 10/09/2019 - acesse no site de origem)

Em 2018, o Brasil atingiu o recorde de registros de estupros. Foram 66.041 vítimas, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nesta terça-feira (10). O crime é um dos poucos que tiveram aumento no ano passado, quando as mortes violentas caíram 10,8%.

A taxa brasileira de estupros é de 31,7 por 100 mil habitantes, acima da taxa de mortes violentas, que ficou em 27,5 em 2018.

Também na contramão das quedas dos roubos, latrocínios, lesão corporal, entre outros crimes, está o aumento de 20,6% no número de registros de injúria racial: de 6.195 casos em 2017 para 7.616, em 2018. O homicídio contra a população LGBT também registrou um aumento de 10,1% no Brasil, segundo o Anuário.

“Tudo indica que estamos diante do aumento de crimes de ódio. Apesar da redução das mortes violentas, há aumento da violência de gênero, LGBT e racial”, afirma Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Faz sentido se formos pensar que o Brasil vive uma polarização absurda e lida com uma retórica que reforça a ideia de que a violência é um mecanismo legítimo para solucionar conflitos. São propagados discursos de ódio e intolerância. Há legitimação da tortura, do machismo e a da misoginia”, diz.

“E esse discurso tem efeito prático na vida das pessoas. Pensando que os estupros e feminicídios ocorrem mais dentro de casa, podemos ver que essa retórica lá de fora chega sem filtros dentro de casa. Você não pode falar publicamente, mas pode fazer dentro de casa”, completa.



Estupros

No início da série histórica, em 2011, o país teve 43.869 casos de estupro. De lá para cá, houve um aumento de 50,5% nos registros. De 2017 para 2018, a variação foi de 4,1%. Quando só vítimas mulheres são consideradas, o aumento vai a 5,4%.

“O estupro é uma violência sexual circunscrita por manifestações abusivas de poder e

marcadores de gênero, logo, não se trata de uma expressão de um tipo de sexualidade brutalizada ou desenfreada, mas de uma forma de dominação. De acordo com os registros de estupro e estupro de vulnerável dos anos de 2017 e 2018, 81,8% das vítimas eram do sexo feminino, o que evidencia a desigualdade de gênero como uma das raízes da violência sexual”, diz estudo feito por pesquisadoras do Fórum a partir de microdados do anuário.

Segundo o estudo, a maior parte dos estupros que ocorre no Brasil é o de vulnerável (contra crianças menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência): 63,8%.

A maioria dos crimes é praticado contra meninas de 10 a 13 anos (28,6%). O autor do estupro é homem (96,3%) e é quase sempre conhecido da vítima (75,9%).

Sobre a baixa idade das vítimas, as pesquisadoras do Fórum Samira Bueno, Carolina Pereira e Cristina Neme lembram que, de acordo com a Unicef, meninas de até 16 anos, em especial em classes mais baixas, “associam o casamento à possibilidade de mudança de status social, de alguma forma de emancipação e de serem mais valorizadas”. “A gravidez autoriza o casamento infantil no Brasil, inclusive com meninas com menos de 14 anos, sendo que, a princípio, pelas definições do Código Penal Brasileiro, qualquer relação sexual com menina dessa idade pode ser criminalizada como um estupro de vulnerável.”

O Mato Grosso do Sul tem a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes do Brasil (70,4), seguido pelo Paraná, com 60,8 – dois estados que não figuram entre os primeiros do ranking de mortes violentas.

Como lembram as pesquisadoras do Fórum, os números são ainda mais alarmantes quando se leva em conta que os crimes sexuais estão entre aqueles com menores taxas de notificação à polícia.

“O que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente. No caso brasileiro, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia. Nos Estados Unidos, a taxa varia entre 16% e 32%, a depender do estudo.”

Entre os motivos para a baixa notificação estão o medo de retaliação por parte do agressor, que é geralmente conhecido da vítima, receio de julgamento e descrédito nas instituições policiais e de Justiça. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”.

Ainda no âmbito da violência contra a mulher, os feminicídios tiveram aumento de 4%, ao mesmo tempo em que os homicídios de mulheres reduziram 11,1% de 2017 para 2018. [Dados similares foram antecipados pelo Monitor da Violência em março.](#)

Para Jacira Melo, diretora-executiva da Agência Patrícia Galvão, “o fenômeno da violência contra as mulheres é crescente na sociedade brasileira: violência doméstica, violência sexual, feminicídio”. “Penso que é possível dizer que o aumento no número de registros de estupro acontece porque há um maior reconhecimento de que se trata de um crime e, ao mesmo tempo, porque se trata de um crime recorrente, cotidiano e que acontece dentro de casa, nas escolas e nos mais diversos ambientes, onde a maioria das vítimas é formada por garotas de 10 a 13 anos.”

Armas

Um dos motivos apontados por Samira Bueno para o aumento dos crimes contra a mulher, como o feminicídio, é o aumento da presença das armas dentro de casa.

O Anuário mostra que a posse ilegal de arma de fogo aumentou 54,1% em 2018 (de 14.880 para 23.055) e o de registros também (42,4%).

Em 2018, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), da Polícia Federal, registrou 12,5% mais armas no Brasil. O número passou de 42.387 para 47.691. O aumento de registros no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército Brasileiro, foi ainda maior: 55,7% (de 95.745 para 149.042).

Entre os que mais pediram registros estão os atiradores esportivos: o número saltou de 26.150 para 49.671 no ano passado.

Em compensação, o número de armas de fogo apreendidas caiu 5,2% no Brasil, se forem levadas em conta as apreensões feitas pelas secretarias da Segurança e/ou Defesa Social, e 14,7%, se levadas em conta as apreensões feitas pela Polícia Rodoviária Federal.

Por Por Cíntia Acayaba e Thiago Reis

Veja mais:

[Quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil](#)

[Brasil registrou recorde de casos de estupro em 2018, segundo estudo](#)

#METOO CHEGA À INDÚSTRIA DOS GAMES E MULHERES SE UNEM EM

RELATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Desenvolvedora americana denunciou 'lenda' do ramo nesta semana e deu início à mobilização que já inclui brasileiras

(Época, 30/08/2019 - acesse no site de origem)

Após abalar a indústria cinematográfica e atingir figuras até então intocáveis do ramo em 2017, a exposição de episódios de estupro, assédio e agressão sexual relatados por mulheres – no que ganhou o mundo na forma do #MeToo – acaba de encontrar um ramo que supera o lucro dos cinemas e, ainda que mais recente, já tem casos emblemáticos de misoginia: os games. Com histórias relatadas que envolvem violência sexual e psicológica, além de difamação profissional, depressão e até tentativas de suicídio, foram necessárias menos de 24h para que um longo relato pessoal, feito pela desenvolvedora americana Nathalie Lawhead na segunda-feira, viralizasse nas redes sociais e encorajasse outras mulheres a fazerem denúncias similares, o que já atingiu ao menos três renomados profissionais da indústria. A atitude, que começou sem qualquer pretensão organizada, já ganha contornos de mobilização, disponibiliza redes de apoio às mulheres que denunciam as agressões e encontra ressonância na opinião de brasileiras ligadas aos games.

Desenvolvedora independente de jogos para computador, como *Tetrageddon* e *Everything is Going to Be OK*, Lawhead usou seu site pessoal para relatar episódios que teriam acontecido no fim dos anos 2000 envolvendo o premiado compositor Jeremy Soule, por trás das trilhas sonoras de jogos eletrônicos da célebre série *The Elder Scrolls*. Com prints de e-mails e conversas, além de uma enorme narrativa que dá conta de alguns anos antes e após o ocorrido, Lawhead afirmou ter sido estuprada por Soule em Vancouver enquanto trabalhava no projeto de um game para uma empresa – ambos os quais não são especificados.

Dadas suas negativas em permanecer com o compositor, ela afirmou ter sofrido difamação profissional por parte dele na ocasião, o que teria custado seu emprego e o que voltaria a acontecer mais tarde, quando foi contratada em outro projeto. Nos relatos, a desenvolvedora não só dá conta das investidas e comentários atribuídos a Soule, mas também aponta uma série de outros abusos que sofreu enquanto mulher na indústria de games, como ter sua opinião diminuída sistematicamente e passar por grandes dificuldades em receber pagamentos pelo trabalho já entregue.

“Depois de passar por isso, eu estava fisicamente e emocionalmente devastada. Me custou muita coragem para jogar videogames outra vez. (...) Eu pensei que toda a indústria dos games era assim e não consegui pensar em todas as mulheres e artistas que poderiam ter passado pelo mesmo. Eu acreditei que isso era normal”, diz ela no texto, que ainda aponta um período de depressão e ao menos uma tentativa de suicídio até investir em jogos autorais e ganhar o prêmio Indiecade por *Tetrageddon* em 2015.

“Eu não quero que nenhuma mulher seja machucada por ele nunca mais”, disse Lawhead no tuíte em que anunciou os relatos pela primeira vez, motivo pelo qual dizia estar expondo esses acontecimentos, mesmo após mais de uma década. Ao “Kotaku”, site americano especializado em games, Soule negou as acusações na quarta-feira: “Essas alegações de 11 anos atrás são falsas. Estou chocado e triste que essas denúncias ultrajantes tenham sido feitas”, disse o

compositor, que também foi acusado de violência sexual pela vocalista Aeralie Brighton.

A postagem atraiu centenas de pessoas dizendo acreditar em Lawhead e prezando a coragem de se expor, o que incentivou outras mulheres a fazer o mesmo, como Zoë Quinn na terça-feira. A desenvolvedora americana já tem histórico quando o assunto é assédio nos games, uma vez que, em 2014, foi o ponto central do caso mais famoso de misoginia nesse ramo, episódio que ficou conhecido por GamerGate — nele, acusações infundadas de que Quinn tivera um game seu favorecido pela crítica especializada após se relacionar com um jornalista da área motivaram uma campanha de difamação e perseguição contra ela em recantos obscuros da internet.

Após o relato de Lawhead, Quinn usou seu perfil no Twitter para se solidarizar com a colega e fazer sua própria denúncia de violência sexual, dessa vez contra o canadense Alec Holowka, conhecido pelos games *Aquaria* e *Night in the Woods*. Segundo ela, Holowka a atraiu até Winnipeg, no Canadá, com a promessa de que formariam uma desenvolvedora com outros amigos, o que não aconteceu.

Obrigada a passar mais tempo no apartamento dele do que imaginava, lá os episódios de violência teriam acontecido, e mesmo após os dois terem se separado, a desenvolvedora teria sido alvo de difamação profissional, segundo ela. Tanto os casos de Quinn quanto Lawhead teriam acontecido quando as duas começavam as carreiras, fato que teria sido utilizado para tirar vantagem de ambas, elas dizem. Após o relato de Quinn, a equipe responsável por *Night in the Woods* decidiu cortar relações com Holowka na quarta-feira.

A adesão de Quinn, já famosa nas redes sociais a partir do GamerGate e da discussão sobre preconceito e toxicidade entre fãs e desenvolvedores de games, fez com que a mobilização crescesse ainda mais. Não demorou até que Adelaide Gardner, também na terça-feira, acusasse o desenvolvedor Luc Shelton, que trabalhou em produções milionárias como a série *Gears of War*, de violência sexual.

De acordo com Gardner, que produz conteúdo voltado aos fãs de RPG (*role-playing game*, ou jogos de tabuleiro com interpretação de personagens), Shelton teria chegado a alugá-la em seu apartamento há dois anos. Também o desenvolvedor Alexis Kennedy, da Failbetter Games, conhecido por jogos como *Sunless Sea*, foi acusado de comportamento abusivo pela roteirista de games Olivia Wood mais tarde - o que ele nega -, e a lista vem crescendo desde então.

Nesses relatos, mulheres se disseram traumatizadas pelas experiências e questionaram a forma como a indústria as trata, como destacou Lawhead em seu depoimento: “a maioria das vítimas não sobrevive a isso. Elas piram. Elas abandonam a indústria. Elas cometem suicídio, ganham problemas de alimentação e desenvolvem ódio por si mesmas até um ponto em que não funcionam mais. Tenho sorte de ter uma família que cuidou de mim quando eu estava estilhaçada.”

REPERCUSSÃO BRASILEIRA

Apesar da indústria de games no Brasil não ser tão grande quanto a americana - o que não a impede de vir crescendo rapidamente nos últimos anos, sobretudo no cenário de jogos independentes -, preconceito, piadinhas e episódios de assédios com mulheres também são comuns no cenário nacional, segundo a ilustradora e desenvolvedora Carolina Porfírio, da Kuupu, responsável por jogos como *Exodemon*. Ela ressalta que o silêncio das mulheres

atingidas costuma ser regra mesmo na inédita mobilização atual, uma vez que é comum o receio de sofrerem retaliação em suas carreiras: “Não é porque os assédios estão vindo à tona agora que devemos acreditar que são novidade, mas eles sempre aconteceram, e é impressionante sabermos que podem ser pessoas próximas, que fazem parte do nosso círculo. O problema é que existe esse receio de falar sobre, já que há o medo de ficar marcada como ‘a menina que acusou fulano’ e sofrer retaliação, por isso não podemos culpar aquelas que decidem não falar”.

Segundo Porfírio, por uma série de vícios e preconceitos comuns aos videogames desde sua popularização nos anos 80, como o fato de “serem feitos para homens”, as atitudes atingem todas as mulheres na área, sejam trabalhadoras, *streamers* (que fazem transmissões ao vivo jogando) ou jogadoras ocasionais. Ainda que considere trabalhar em uma “bolha” – a Kuupo é formada por Porfírio e o marido -, o que garante um companheirismo diferente das outras meninas iniciando suas carreiras em empresas maiores, ela afirma que os episódios de preconceito são recorrentes: “Já ouvi que games não eram para mim, e até acharam que eu estava mentindo sobre expor um jogo meu num evento, como se não acreditassem que uma mulher poderia tê-lo feito.”

Ela acredita que a recente mobilização abre um novo capítulo na indústria, uma vez que pretensos assediadores “pensarão duas vezes” e mulheres terão mais força para se proteger e compartilhar suas histórias. Mas isso não quer dizer que o público reaja da mesma forma: “Quanto ao público, eu gostaria de ser otimista e dizer que vão mudar suas opiniões, mas não acho que isso vai mudar logo”. O remédio seriam mais mulheres na indústria, a fim de “ter elas junto nos seus jogos e escrever com elas, não só sobre elas”. Ainda segundo Porfírio, a mobilização também já teve impacto no Brasil, uma vez que mulheres do ramo começaram a trocar relatos entre si, oferecendo proteção psicológica e até, em alguns casos, vindo a público.

A estudante de Medicina Nathália Fernandes, de 24 anos, não é desenvolvedora de games, mas é uma jogadora renomada de *Pokémon TCG*, vencedora de campeonatos regionais e que compete ao menos duas vezes por ano em torneios internacionais. Incentivada pelos relatos no exterior, ela usou seu perfil do Twitter na segunda-feira para relatar um caso de violência sexual que contou ter ocorrido no campeonato mundial do jogo, realizado em Washington há duas semanas, envolvendo um outro jogador brasileiro, que considerava amigo até então. Fernandes afirmou ter sido vítima de comentários inapropriados durante toda a viagem e de investidas enquanto estava dormindo, uma vez que compartilhavam o quarto.

“Recebi muito apoio de mulheres que me disseram ter sofrido coisas parecidas nesse cenário”, disse ela, que afirma sempre ter sofrido preconceito desde quando começou sua história no jogo, há oito anos, até hoje, já com renome. “No meu primeiro torneio nacional, eu tive uma partida com um homem famoso no jogo e que, antes de começarmos, comentou com um amigo que seria ‘muito fácil’ ganhar de mim, isso tudo na minha frente. No caso, fui eu quem ganhou, e ele saiu furioso, porque considerava uma vergonha ter perdido para uma mulher”, conta ela. A repercussão da postagem, segundo Fernandes, trouxe apoio da empresa que gere o jogo, mas ela espera que esse episódio desperte um “entendimento” que atinja toda a indústria, incluindo desenvolvedores, jogadores e *streamers* – estas, aliás, ela considera as que mais costumam sofrer agressões verbais, que vêm durante as lives.

“É importante mostrar que estamos em todos os lugares. É preciso ter mais mulheres nos jogos e as empresas têm que incentivar essa participação. A maioria desses casos são feitos por pessoas com alguma influencia no ramo, então que deem atenção a isso”, afirma. Como

continuação da sua vida em *Pokémon TCG*, ela reproduz um sentimento externado por várias outras mulheres que relataram abusos desde a postagem de Lawhead: o de não ficarem marcadas por isso, mas serem lembradas pelo seu talento. “Não quero ser reconhecida como a menina que foi abusada”, diz ela.

Por Victor Calcagno

“O estupro é uma arma de destruição em massa”

Em visita ao Brasil, médico do Congo que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2018 mostra como a masculinidade tóxica causa danos irreparáveis no mundo todo

[\(Saúde, 23/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Denis Mukwege é a medicina em seu estado mais puro. O congolês de 64 anos especializado em ginecologia e obstetrícia ganhou destaque mundial por seu impressionante trabalho em defesa das mulheres. Ele esteve essa semana no Brasil, onde realizou uma série de palestras. Seu último evento público foi uma conversa informal com funcionários do [Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo](#), ocasião que ele aproveitou para contar um pouco de sua trajetória e responder perguntas da plateia.

Mukwege se formou médico pela [Universidade do Burundi](#), na África Oriental, e concluiu seus estudos na [Universidade de Angers](#), na França, e na [Universidade de Bruxelas](#), na Bélgica. Ele abandonou a possibilidade de uma carreira de destaque em solo europeu para voltar ao continente africano e atender a população mais necessitada.

Ele foi testemunha viva de um massacre no Hospital de Lermara, em 1996. O ginecologista conta que suas pacientes recém-operadas e os funcionários da instituição foram assassinados a sangue frio durante a **primeira guerra civil da República Democrática do Congo**.

Três anos depois, o próprio Denis Mukwege fundou o [Hospital de Panzi](#), onde trabalha até hoje. Durante esses 20 anos, **ele atendeu mais de 30 mil mulheres vítimas de violência sexual**. Um projeto tão grandioso foi um dos motivos que levaram a sua nomeação para o [Prêmio Nobel da Paz em 2018, ao lado da da ativista yazidi Nádía Murad](#).

Histórias aterradoras

Ele conta que, quando ainda estava fazendo os ajustes finais para abrir o novo hospital, uma mulher entrou correndo pelos corredores da nova instituição totalmente desesperada. **Seu ventre sangrava muito**. As pessoas que a acompanhavam contaram que ela tinha sido estuprada diversas vezes por dez homens. No final, eles ainda enfiaram uma arma em seu canal vaginal e atiraram na direção de seu útero.

Histórias como essa, infelizmente, são comuns no país de Mukwege. “Em média, essas vítimas

são estupradas por três homens. Não é raro atendermos bebês de seis meses que passaram por uma violência dessas”, conta.

A República Democrática do Congo vive décadas de guerra. Ao contrário de muitos de seus vizinhos, o problema não se relaciona com disputas entre etnias, religiões ou facções políticas. A questão é tecnológica mesmo — e, de certa maneira, **tem a ver comigo e com você que lê esse texto.**

Esse país localizado no coração da África detém 60% das reservas de um mineral chamado **columbita-talantina (ou coltan)**. Tal produto é primordial para a fabricação das peças dos aparelhos eletrônicos, como celulares, tablets e computadores, que tanto usamos no dia a dia.

A eterna briga congoleza se concentra, então, no controle das minas desse material tão valioso. Grupos armados invadem territórios e expulsam as pessoas de sua terra, o que já resultou em **6 milhões de mortes, 4 milhões de refugiados e 4 milhões de deslocados internos.**

Quando esses criminosos chegam numa nova região, a principal maneira de humilhar aquela comunidade indefesa é justamente atacar suas mulheres, não importa a idade que elas tenham. O ginecologista, aliás, compara o estupro como uma **arma de destruição em massa**: “Vivemos num mundo que perde todas as suas referências de humanidade. E, pior, não vemos nenhuma reação no plano internacional contra esses crimes que ocorrem todos os dias.”

Anos de sofrimento

Desafortunadamente, a história parece se repetir em terras congolezas: há pouco mais de um século, a busca desenfreada pela borracha para fabricar os pneus dos primeiros carros motivou um verdadeiro banho de sangue na região. À época, o Congo era uma propriedade privada do rei Leopoldo II (1835 - 1909), da Bélgica. As políticas criadas pelo sanguinário monarca **causaram a morte de 1 a 15 milhões de pessoas** durante as primeiras décadas do século 20.

Voltando aos nossos tempos de hoje, Mukwege percebeu, ao longo do tempo, que **recuperar a saúde das vítimas não era suficiente.** Apesar de curadas dos ferimentos, as mulheres que recebiam alta eram ignoradas pela sociedade, que não enxergava mais nelas a capacidade de integrar aquele grupo.

Foi por isso que o Hospital de Lermara abriu duas novas frentes de trabalho: primeiro, criou uma equipe de psicólogos e psiquiatras que trabalha a parte emocional das pacientes e as ajuda na superação dos traumas. Segundo, um grupo de assistentes sociais, ativistas e advogados auxilia as vítimas a buscarem **a devida reparação na justiça.** “Elas deixam de enxergar a culpa nelas mesmas e passam a acusar seus agressores”, diz o médico.

É óbvio que um trabalho tão relevante incomodou muita gente poderosa. Em 2012, Denis Mukwege foi alvo de um atentado terrorista alguns dias após fazer um discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), em que denunciou muitos desses grupos criminosos. Ele escapou ileso, mas um de seus assistentes morreu no episódio.

Uma guerra silenciosa

E olha que essa realidade do Congo não está tão longe assim de nós aqui no Brasil. Uma

pesquisa do [Instituto Datafolha](#) feita a pedido do [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#) aponta que **27,4% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência**. Sim, uma em cada quatro mulheres passou por alguma agressão em nosso país.

Em outro levantamento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que, entre 2011 e 2014, [69,9% dos estupros cometidos no Brasil foram com crianças e adolescentes](#). No geral, 15% desses atos criminosos foram praticados coletivamente e 25% dos autores eram conhecidos pela vítima. Dados tão lamentáveis parecem se repetir nos Estados Unidos, na Ucrânia, no Iraque, no Sudão...

Diante de tanta calamidade nos quatro cantos do mundo, Mukwege levanta uma bandeira contra a **masculinidade tóxica**. "Todos nós temos a obrigação de lutar contra a desigualdade de gênero, que está por trás de todos esses males. Na maioria dos países, a mulher é vista como um objeto que nós homens podemos descartar quando quisermos.

Precisamos incentivar que elas se tornem líderes em suas áreas para um dia alcançarmos uma sociedade mais igualitária." Uma lição valiosa de um ser humano notável.

Por André Biernath

[Avança projeto que dá prioridade a vítima de violência sexual em delegacias](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (13) proposta que prevê atendimento preferencial às vítimas de violência sexual em delegacias de polícia, no Ministério Público e na Defensoria Pública.

[\(UOL, 14/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A proposta seguirá direto para o Senado, a não ser que haja recurso para ser analisada pelo plenário da Câmara.

O texto aprovado substitui um projeto de lei do deputado Ronaldo Carletto (PP-BA) que estava na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O projeto original previa o atendimento preferencial apenas na Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal.

A relatora da proposta, deputada Shéridan (PSDB-RR), afirmou que toda prioridade deve ser dada a mulheres que estão em situação de vulnerabilidade.

"Essas mulheres já estão em posição de vítimas, e tudo o que fizermos para facilitar o acesso delas aos serviços e à Justiça precisamos fazer enquanto Parlamento. Ainda mais porque sabemos que há uma subnotificação de casos de violência e que apenas 15% chegam até as autoridades, então ajuda também a resolver o problema", disse a relatora.

(*Com informações da Agência Câmara)